

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES ALFABETIZADORES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL

Esther Salvador Clipes

Eixo temático: 7 - Alfabetização e formação inicial e continuada de professores

Resumo: O presente estudo faz parte de uma pesquisa em andamento a nível de dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, cujo objetivo é compreender as diretrizes, prioridades e funcionalidades para a alfabetização nos currículos de cursos de pedagogia. Para tal, estão sendo analisados 56 Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de cursos de pedagogia de universidades federais. Os resultados preliminares indicam que a alfabetização nos cursos de pedagogia ocupa um espaço de coadjuvante, apesar de seus egressos, majoritariamente, atuarem na docência a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, etapas nas quais o ensino de língua materna é tarefa essencial. Além da carga horária que parece ineficiente para abordar, mesmo que superficialmente, os conhecimentos necessários à prática alfabetizadora, foi observado falta de uniformidade com relação ao tempo e disciplinas dedicadas à alfabetização entre os cursos e universidades. Com relação às abordagens teórico-metodológicas adotadas pelas disciplinas de alfabetização nos cursos analisados, percebe-se que a abordagem cognitivista é a majoritária e que há grande difusão dos estudos do letramento.

Palavras-chaves: alfabetização; formação de professores; curso de pedagogia.

Introdução

A partir dos anos 1990, segundo Cruz (2018), houve uma ampliação das políticas públicas para a formação de professores alfabetizadores. A maioria das iniciativas neste sentido, contudo, foram no âmbito da formação continuada, sendo as iniciativas para priorizá-la nos cursos de pedagogia praticamente nulas. Segundo Oliveira, Lopes e Spear-Swerling (2019), apesar da pesquisa educacional explorar, desde o século passado, os saberes que os professores devem possuir para alfabetizar, existem poucos dados sobre como, de fato,

esse aprendizado vêm ocorrendo. De modo a contribuir para a construção do conhecimento nesta área, o presente artigo, que se refere à uma pesquisa em andamento à nível de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, se desenvolve a partir do seguinte problema: como se dá a formação do professor alfabetizador nos cursos de Pedagogia? Apoiando-nos na defesa de que a educação tem o papel de socializar as formas mais desenvolvidas de conhecimento, na constituição de uma prática educativa como um instrumento potencializador da luta da classe trabalhadora pela transformação estrutural da sociedade (SAVIANI, 2011), a pesquisa propõe a investigar a formação inicial do professor alfabetizador em um cenário no qual a política educacional articula-se à produção do trabalhador para o capital, gerando um professor reconvertido (EVANGELISTA, 2009).

O objetivo geral do estudo, assim, é compreender as diretrizes, prioridades e funcionalidades para a alfabetização nos currículos de cursos de pedagogia. Neste artigo divulgamos os resultados preliminares oriundos da investigação de 56 Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de cursos de pedagogia de universidades federais de todo o Brasil quanto ao tempo dedicado às disciplinas de alfabetização, como estas são distribuídas, às abordagens e autores mais utilizados, além de apontar movimentos futuros.

2 Fundamentação teórica

Cartaxo, Smaniotto e Fontana (2020) analisaram, no ano de 2017, um total de 70 cursos de pedagogia de instituições públicas e privadas do Brasil de modo a entender a formação inicial em alfabetização. Os resultados mostram a tendência de ligar-se a uma abordagem aliada aos estudos socioculturais, principalmente em relação à alfabetização e letramento o que, para as autoras, indica um avanço na discussão ampla do processo de alfabetização, no sentido de conceber a leitura e da escrita em práticas sociais. Analisando como algumas facetas relacionadas à alfabetização são abordadas, concluiu-se que as facetas de psicolinguística e sociolinguística são menos citadas, o que pode desencadear em uma lacuna no conhecimento do professor sobre as relações entre pensamento e linguagem, sobre o desenvolvimento cognitivo do ser humano e sobre a questão das variedades linguísticas e suas influências sobre o processo de alfabetização. Além disso, foi-se constatado que a abordagem cognitivista é majoritária, apesar de existir a presença significativa da faceta sociocultural, o que demonstra a grande difusão dos estudos do letramento, e, ainda, uma lacuna sobre os aspectos da faceta linguística. Por fim, o fato da faceta sociológica ser a menos citada demonstra que os estudos que problematizam as condições sociais em que a alfabetização ocorre no Brasil são pouco explorados.

Melo (2022), com o objetivo de analisar como ocorre a formação do alfabetizador nos cursos de pedagogia da região Norte do Brasil, observou os PPCs de 20 cursos de universidades estaduais e federais. Os resultados apontam que todos os cursos pesquisados possuem disciplinas vinculadas à alfabetização, compreendendo, porém, um percentual insuficiente da carga horária total do curso (entre 4% a 12%), dada a complexidade e multifacetação do processo de alfabetização. Tais disciplinas, ainda, não tinham, necessariamente, a palavra alfabetização em suas nomenclaturas, o que contribuiu com desvios nas ementas e bibliografias, fragilizando ainda mais a formação para alfabetização.

Piccoli (2015) realizou sua investigação nas universidades federais da Região Sul do país, de modo a entender como ocorre a formação do professor alfabetizador neste contexto. Observou que a questão da linguística é apontada como uma lacuna na formação docente, sendo necessário fortalecer a ideia de que o alfabetizador é um professor de língua e, por isso, deve dominar as características, estrutura e funcionamento da língua portuguesa, conhecimentos essenciais à ação alfabetizadora. Outro ponto observado pela autora foi o tempo dedicado às disciplinas de alfabetização na carga horária do curso. Foi constatada uma diferença preocupante entre as instituições, variando de 3,28 a 6,37% da carga horária total, o que demonstra uma inconsistência e falta de investimento na formação inicial do alfabetizador. Além disso, a autora afirma que a quantidade de horas investidas nas disciplinas não é suficiente para abordar e aprofundar os conhecimentos necessários à alfabetização. O caráter generalista dos cursos de pedagogia, conclui, faz com que os professores alfabetizadores se constituam em percurso próprio, ao elegerem turmas de alfabetização para a realização de estágios, entre outros caminhos.

3 Metodologia

Uma vez que a presente pesquisa utiliza-se documentos como fonte para a coleta de dados, cabe marcar a posição teórico-metodológica acerca do trabalho com documentos. Segundo Shiroma, Campos e Garcia (2005), é preciso centralizar a análise não apenas nos conteúdos dos discursos mas nos sentidos produzidos e nas condições nas quais estes são produzidos. Não basta analisar a linguagem utilizada em documentos oficiais e relatórios apenas pelas informações trazidas, mas também atentar-se ao modo como elas são organizadas, apresentadas e mesmo selecionadas. Os documentos, pois, são enunciados que disseminam afirmações sobre o mundo e, por mais que ofereçam representações singulares sobre a realidade, cabe marcar que quando, em um discurso, enfatiza-se conceitos e objetos, acaba-se por omitir outros. Identificar os argumentos e ideias selecionadas e renunciadas é uma tarefa que proporciona aproximação com a racionalidade que sustenta os

documentos. É necessário, pois, para além de atentar-se ao que foi dito, compreender o que não foi dito, em uma tentativa de assimilar um sentido mais amplo das palavras (SHIROMA, CAMPOS e GARCIA, 2005).

Nessa perspectiva, como metodologia do trabalho, propõe-se fazer uma leitura dos documentos considerando-os textos complexos que imprimem não apenas direcionamentos e normatizações mas, para além disso, que retratam o momento histórico e a ideologia empregada por meio do que foi dito, de como foi dito, de quem partiu os dizeres e, também, do que não foi dito. Foram analisados um total de 56 Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de cursos de pedagogia de todo o Brasil. Por motivos de recorte, dado o expressivo número de cursos, foram selecionados apenas PPCs referentes às universidades federais que se norteiam pelas Resolução CNE/CP Nº 2/2015 e a Resolução CNE/CP Nº 2/2019, o que, apesar de retratar uma realidade com particularidades, devido a serem instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, nos permite conhecer e contribuir para o conhecimento acerca da formação inicial de alfabetizadores.

4 Resultados e Discussão

Foram coletados 56 PPCs de cursos de pedagogia de universidades federais para desenvolver as investigações, uma vez que foram considerados apenas os que se orientam pelas resoluções CNE/CP Nº2/2015 e CNE/CP Nº2/2019. Destes, a maioria se orienta pela de 2015, sendo que apenas dois aderiram à resolução de 2019.

Com o intuito de investigar como se dá a alfabetização nos cursos de pedagogia, primeiramente observou-se a matriz dos cursos de modo a identificar disciplinas de alfabetização. Depois da leitura das ementas, foram criadas duas categorias: as disciplinas sobre alfabetização, ou seja, aquelas nas quais a alfabetização é o assunto principal (categoria I) e as disciplinas de linguagem que englobam questões relacionadas à alfabetização, embora não sejam o propósito central da disciplina (categoria II). Há grande variação da carga horária dedicada à disciplinas sobre e envolvendo alfabetização entre os cursos, e até mesmo dentro de uma mesma universidade, indo entre 1,84% e 11,41%, o que demonstra a desigualdade também observada por Piccoli (2015). Tal falta de padronização, além do fato da baixa porcentagem da carga horária dos cursos ser dedicadas a tais disciplinas (média de 5,40%), o que nos parece insuficiente para abordar, mesmo que superficialmente, as questões necessárias para o ensino da língua materna, nos leva a questionar o que espera um modelo de formação que deixa para instruir os docentes sobre o ensino da língua materna, considerada prioridade, em serviço. Uma suposição que fazemos

é que, sem uma formação inicial que ofereça uma base teórica sólida a respeito das questões que envolvem a linguagem escrita, os professores estariam em uma posição mais complicada de questionar e refletir sobre as imposições e direcionamentos recebidos. Isso, somada à hierarquia das relações de trabalho, fere a autonomia docente e faz com que os professores sejam meros reprodutores das políticas de formação continuada. Concordamos com a posição de Triches (2016) de que, ao propor uma formação generalista, que engloba uma série de conhecimentos sem muito aprofundamento, na proposta de um superprofessor, capaz de lidar com diferentes demandas, acaba-se por constituir o professor como instrumento das reformas que visam a manutenção da hegemonia burguesa.

Continuando a investigação sobre as concepções e abordagens sobre alfabetização e linguagem que norteiam os cursos de pedagogia, podemos observar que a nomenclatura “Alfabetização e letramento” é a mais recorrente para as disciplinas da categoria I, aparecendo um total de 28 vezes, seguida pelo título “Alfabetização”, observado 10 vezes. Tal achado demonstra a prevalência dos estudos do letramento nos cursos de pedagogia das universidades federais. Sobre as disciplinas da categoria II, nota-se muitas nomenclaturas parecidas, em sua maioria relacionadas ao ensino de conteúdo e metodologia da língua portuguesa, sendo os títulos Fundamentos e Metodologia de Língua Portuguesa e Ensino da língua portuguesa os que mais se repetem (oito vezes cada). Nota-se, com menor frequência, disciplinas que relacionam a língua oral e escrita (duas vezes) e que exploram questões da linguística (uma vez), confirmando a lacuna apresentada por Cartaxo, Smariotto e Fontana (2020).

Em seguida, foram analisadas as bibliografias das disciplinas, de modo a identificar os autores mais citados. Nem todos os PPCs, porém, apresentam as ementas e bibliografias das disciplinas, desta forma, o levantamento considera 48 dos 56 cursos. A tabela abaixo mostra os autores mais citados nas disciplinas das categorias I e II, considerando apenas autores citados mais de cinco vezes.

Tabela 01 - Autores mais citados

Categoria I		Categoria II	
Autor (a)	Vezes citado (a)	Autor (a)	Vezes citado (a)
FERREIRO, Emília	41	GERALDI, João Wanderley	29
SOARES, Magda Becker	33	ANTUNES, Irandé	18

TEBEROSKY, Ana	26	KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça	10
CAGLIARI, Luís Carlos	16	BORTONI-RICARDO, Stella Maris	9
MORAIS, Arthur Gomes	16	BAGNO, Marcos	9
SMOLKA, Ana Luiza Bustamante	11	MARCUSCHI, Luiz Antonio	9
CARVALHO, Marlene	10	SOARES, Magda Becker	9
MORTATTI, Maria do Rosário Longo	8	CAGLIARI, Luís Carlos	9
ALBUQUERQUE, Eliana Borges.	8	SCHNEUWLY, Bernard	7
ROJO, Roxane	7	DOLZ, Joaquim	7
FREIRE, Paulo	5	BAKHTIN, Mikhail	7
GARCIA, Regina Leite	5	POSSENTI, Sírio	7
VYGOTSKY, Lev Semionovitch	5	ELIAS, Vanda Maria	6
BATISTA, Antônio Augusto Gomes	5	BEZERRA, Maria Auxiliadora	5
LEAL, Telma Ferraz	5	BRITTO, Luiz Percival Leme	5
		VYGOTSKY, Lev Semionovitch	5

Os resultados mostram que, nas disciplinas da categoria I, a autora mais citada é Emília Ferreiro, importante representante da inserção do construtivismo no ensino de língua materna, junto com Ana Teberosky, terceira mais citada. É notável, novamente, a força da ideia do letramento nos cursos de pedagogia, sendo Magda Soares, uma das autoras fundamentais para a difusão do conceito no Brasil (GOMES e BRITTO, 2021), a segunda autora mais citada na categoria. Além dela, são mencionados outros representantes de uma visão de alfabetização vinculada às abordagens sociais e interativistas, como Luís Carlos Cagliari, Marlene Carvalho e Maria do Rosário Longo Mortatti. É mencionada com frequência, ainda, Ana Luiza Bustamante Smolka, importante representante da visão da alfabetização como um processo discursivo, e, ainda com menos repetição, Paulo Freire, brasileiro reconhecido mundialmente por suas contribuições para o campo da alfabetização, sobretudo de jovens e adultos.

Com relação a categoria II, foram listadas uma variedade maior de autores citados menos vezes, quando comparado com a categoria I. Apesar disso, João Wanderley Geraldi, autor mais citado, aparece onze vezes a mais que o segundo colocado. Geraldi é um representante dos autores que se baseiam nas concepções histórico-cultural de língua e aprendizagem, inclusive vinculado à visão da alfabetização como um processo discursivo, apesar da alfabetização não ser o foco do seu trabalho. Os autores mais mencionados são nomes importantes do estudo sobre língua portuguesa, como Irandé Antunes, Ingedore Grunfeld Villaça Koch, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Marcos Bagno e Luiz Antônio Marcuschi. Textos dos autores que abordam a linguagem no sentido dos gêneros textuais, na produção e análise textual e as questões sociolinguísticas são recorrentes.

Cientes das limitações de documentos como os PPCs para identificarmos com precisão as concepções e abordagens de alfabetização e linguagem disseminadas nos cursos de pedagogia das universidades federais pesquisadas, uma vez que as dinâmicas das aulas podem levar as discussões para os outros caminhos, podemos afirmar que os achados, no geral, vão de acordo com o estudo de Smaniotto e Fontana (2020), que afirmam que a abordagem cognitivista é majoritária e que há grande difusão dos estudos do letramento.

5 Considerações Finais

Apesar do texto se referir à um estudo em andamento, que ainda será aprofundado e irá passar por modificações, foi possível observar o caráter periférico da alfabetização nos cursos de pedagogia, que formam para, majoritariamente, a docência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, etapas nas quais o ensino de língua materna é tarefa essencial. Os dados coletados pela análise dos PPCs mostram falta de uniformidade com relação ao tempo e disciplinas dedicadas à alfabetização, que também não nos parece suficientes para promover, nos alunos, todos os conhecimentos necessários à prática alfabetizadora.

Como movimentos futuros, almeja-se continuar e aprofundar as discussões sobre os resultados encontrados pelo olhar aos PPCs. Espera-se explorar, com maior acuidade, a questão dos estágios em alfabetização, presentes em alguns cursos. Além disso, prevê-se a necessidade de um olhar mais centrado para os dados sobre os autores mais citados, de modo a tornar a discussão mais extensa e embasada. Estudamos a possibilidade, ainda, de explorar as ementas dos cursos com mais minuciosamente, de modo a identificar conceitos e categorias que nos permitem uma análise mais precisa sobre como é abordada a alfabetização nos cursos de pedagogia das universidades federais.

Referências

- BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, pp. 46-49.
- CARTAXO, S. R. M.; SMANIOTTO, G. C.; FONTANA, M. I. **As facetas da alfabetização nos cursos de pedagogia:** desafios para a formação do professor. Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 3, p. 1126-1147, set./dez. 2020.
- CRUZ, E. T. P. **Políticas públicas de formação continuada de alfabetizadores:** implicações para a construção do leitor. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2018.
- EVANGELISTA, O. **Faces da tragédia docente no Brasil.** XI Seminário Internacional de la Red Estrado. Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización. Universidad Pedagógica Nacional, 2009.
- GERALDI, João Wanderley. Entrevista – **João Wanderley Geraldi:** um pensador além de seu tempo com o pé na escola. [Entrevista concedida a] Isabel Cristina Michelan de Azevedo. Interdisciplinar, Itabaiana, v.20, p.95-108, jan./jun. 2014.
- MELO, E. P. C. B. N. **Formação inicial de professores alfabetizadores em cursos de pedagogia-licenciatura da região norte do Brasil.** 2022. 443 p. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, 2022.
- OLIVEIRA, C; LOPES, J; SPEAR-SWERLING, L. **Teachers’ academic training for literacy instruction.** European Journal of Teacher Education, v. 42, n.3, 2019.
- PICCOLI, L. **Como formar um professor alfabetizador no curso de pedagogia?** Discussões sobre a formação inicial nas universidades federais da Região Sul do Brasil. Revista Brasileira de Alfabetização, Vitória, v. 1, n. 1, p. 132-154, jan./jun. 2015.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- SIMIONATO, M. F.; HOBOLD, M. S. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores:** padronizar para controlar? Revista Práxis Educacional, v. 17, n.46, p. 72-88, jul./set. 2021.
- STIEG, V. **Propostas e práticas de alfabetização em uma turma de segundo ano do ensino fundamental no município de Vila Velha/ES.** 2012. 312 p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.
- TRICHES, J. **A internalização da agenda do capital em cursos de Pedagogia de Universidades Federais.** 2016. 400 p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.